Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020

Teles Pires Participações S.A.

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO 6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE 7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 8
BALANÇO PATRIMONIAL 9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 11
1. CONTEXTO OPERACIONAL 12
2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO 14
3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 14
4. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 16
5. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA 18
6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS 18
7. RESULTADO FINANCEIRO 19
8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS 19
9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 22
10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 22
11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES 23
12. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA 24
13. IMOBILIZADO 25
14. INTANGÍVEL 26
15. FORNECEDORES 27
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS 27
17. USO DO BEM PÚBLICO (UBP) 30
18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS 31
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 34
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 35
21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS 37
22. EVENTOS SUBSEQUENTES 40

Teles Pires Participações

Relatório de Administração – 2020

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Teles Pires Participações S.A (doravante denominada “Companhia” ou “TPP”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na praia do Flamengo, 154 - 9º andar - Flamengo, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou exterior.

Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso, possui potência instalada de 1.820 MW médio, Energia Assegurada de 930,7 MW médio e é composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW médio.

O Contrato de Concessão foi assinado pelo Poder Concedente em junho de 2011 e as obras iniciadas em agosto do mesmo ano.

O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Unidade Hidrelétrica Teles Pires S.A. (“UHE Teles Pires”) passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), ao preço de R$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre (“ACL"), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre (“CCEAL”).

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R$ 973.755 em 31 de dezembro de 2020 (901.879 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e no consolidado. O prejuízo do período, em 31 de dezembro de 2020 na controladora é de R$ 71.876 (R$ 63.809 em 31 de dezembro de 2019) e R$ 72.291 (R$ 63.933 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

No atual estágio de suas operações, conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto

prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 13 e 14), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 8).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 09 de fevereiro de 2021.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	Consolidado		
Dados econômicos-financeiros (R$ mil)	2020	2019	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	949.815	990.990	-4,2%
Receita Operacional Líquida	792.973	831.628	-4,6%
EBITDA	292.497	340.575	-14,1%
Resultado do Serviço - EBIT	105.089	160.686	-34,6%
Resultado Financeiro	(198.507)	(275.839)	-28,0%
Lucro Líquido	(72.291)	(63.933)	13,1%

	Controladora			Consolidado		
Informações Patrimoniais (R$ mil)	2020	2019	Variação (%)	2020	2019	Variação (%)
Ativo Total	2.099.018	2.165.538	-3,1%	5.192.395	5.247.284	-1,0%
Dívida Bruta	588.407	640.676	-8,2%	3.026.297	3.074.893	-1,6%
Dívida Líquida	541.282	580.393	-6,7%	2.786.875	2.931.484	-4,9%
Patrimônio Líquido	1.510.600	1.524.851	-0,9%	1.527.482	1.542.148	-1,0%

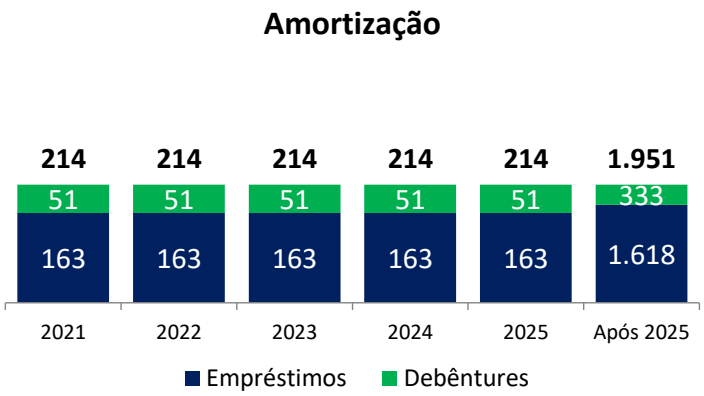
Atendendo a Instrução CVM No 527 demonstramos, no quadro a seguir, a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

	Consolidado		
Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R$ Mil	2020	2019	Variação (%)
(Prejuízo) Lucro Líquido	(72.291)	(63.933)	13,1%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e Diferido	(21.128)	(51.220)	-58,8%
Amortização e Depreciação	187.408	179.889	4,2%
Receitas Financeiras	(11.298)	(9.811)	15,2%
Despesas Financeiras	209.805	285.650	-26,6%
LAJIDA (EBITDA)	**292.496**	**340.575**	**-14,1%**

3. ENDIVIDAMENTO

3.1 PERFIL DA DÍVIDA

Em maio de 2012, A TPP realizou sua 1º Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS no montante de R$ 650 milhões para financiamento de parte dos investimentos na UHE Teles Pires. As debêntures são não conversíveis, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 0,7% a.a.



4. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de Janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para realização de auditoria para os exercícios de 2020 e 2021 para a prestação dos seguintes serviços de auditoria, tanto para a Companhia como para sua controlada, CHTP:

Serviço	Valor (R$ mil)	Prazo
Auditoria das Demonstrações contábeis ; e revisões das Demonstrações Intermediárias	R$ 664	24 meses

5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, aos bancos financiadores, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da

Teles Pires Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Teles Pires Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Teles Pires Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já

que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

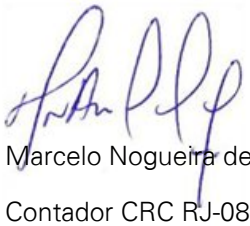
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional, líquida	**4**	**792.973**	**831.628**	**-**	**-**
Custos dos serviços		**(666.993)**	**(646.609)**	**-**	**-**
Custos com energia elétrica	**5**	(456.282)	(447.891)	**-**	**-**
Custos de operação	**6**	(210.711)	(198.718)	**-**	**-**
Lucro bruto		**125.980**	**185.019**	**-**	**-**
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	**6**	(20.892)	(24.333)	(7.334)	(7.334)
Equivalência Patrimonial	**12**	**-**	**-**	(45.678)	(13.654)
Lucro Operacional		**105.088**	**160.686**	**(53.012)**	**(20.988)**
Resultado Financeiro	**7**	**(198.507)**	**(275.838)**	**(18.865)**	**(42.821)**
Receitas Financeiras		9.840	8.087	3.029	3.879
Despesas Financeiras		(209.804)	(285.629)	(21.894)	(46.700)
Outros resultados financeiros, líquidos		1.457	1.704	**-**	**-**
Prejuízo antes dos tributos		**(93.419)**	**(115.153)**	**(71.876)**	**(63.809)**
Tributos sobre o prejuízo		**21.128**	**51.220**	**-**	**-**
Diferido	**8**	21.128	51.220	**-**	**-**
Prejuízo líquido do exercício		**(72.291)**	**(63.933)**	**(71.876)**	**(63.809)**
Atribuível à:					
Acionistas Controladores		(71.876)	(63.809)	(71.876)	(63.809)
Acionistas não controladores		(415)	(124)	**-**	**-**
Prejuízo básico e diluído por ação – R$:		(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**(72.291)**	**(63.933)**	**(71.876)**	**(63.809)**
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado abrangente do exercício	**(72.291)**	**(63.933)**	**(71.876)**	**(63.809)**
Atribuível à:				
Acionistas controladores	(71.876)	(63.809)	(71.876)	(63.809)
Acionistas não controladores	(415)	(124)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	**(72.291)**	**(63.933)**	**(71.876)**	**(63.809)**
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	187.408	179.889	7.334	7.334
Baixa de ativos não circulantes	278	1.500	-	-
Resultado de participação societária	-	-	45.678	13.654
Tributos sobre o lucro	(21.128)	(51.220)	-	-
Resultado financeiro, líquido	198.507	275.839	18.864	42.821
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes	(3.346)	14.752	-	-
Fornecedores	5.884	(9.934)	**-**	**-**
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	283	(783)	**-**	**-**
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(299)	8.223	416	(369)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(1.100)	2.774	-	-
Obrigações do meio ambiente	(13.037)	(11.837)	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	6.244	(2.212)	(1.373)	(3.478)
Caixa líquidos proveniente das operações	**287.403**	**343.067**	**(957)**	**(3.848)**
Encargos de dívidas pagos	(105.087)	(237.862)	(22.963)	(45.715)
Uso do bem público	(9.207)	(8.830)	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras recebidos	6.199	7.468	3.014	3.805
Juros pagos – Arrendamentos	(72)	(72)	**-**	**-**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**179.236**	**103.771**	**(20.906)**	**(45.758)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital	**-**	**-**	**-**	(21.913)
Aquisição de imobilizado e intangível	(15.442)	(3.638)	**-**	**-**
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(8.235)	(78.166)	**-**	(40.874)
Resgate de títulos e valores mobiliários	30.500	80.986	14.000	46.874
Caixa consumido nas atividades de investimentos	**6.823**	**(818)**	**14.000**	**(15.913)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(128.094)	(203.140)	(51.121)	(51.121)
Captação de empréstimos e financamentos	1.001	2.225	**-**	**-**
Pagamento de principal – Arrendamentos	(297)	(255)	**-**	**-**
Aumento de capital	57.625	113.391	57.625	113.192
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	**(69.765)**	**(87.779)**	**6.504**	**62.071**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**116.294**	**15.174**	**(402)**	**400**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.031	27.857	905	506
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**159.325**	**43.031**	**503**	**905**
Transações que não envolvem caixa				
Provisão licença operacional	-	44.137	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL **{** XE "Balanços patrimoniais" **}**
Em 31 dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**9**	159.325	43.031	503	905
Contas a receber de clientes e outros	**11**	95.385	92.039	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	**8**	13.098	13.575	6.322	6.673
Outros tributos a recuperar		1.430	7.064	60	60
Outros ativos circulantes		4.783	3.936	-	-
Total do circulante		**274.021**	**159.645**	**6.885**	**7.638**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	**10**	80.098	100.378	46.622	59.378
Tributos sobre o lucro diferidos	**8**	281.088	259.960	-	-
Depósitos Judiciais	**18.1.c**	60.436	56.575	-	-
Investimentos em participação societária	**12**	-	-	2.045.511	2.098.523
Direito de uso		536	657	-	-
Imobilizado	**13**	4.342.645	4.503.096	-	-
Intangível	**14**	153.572	166.972	-	-
Total do não circulante		**4.918.375**	**5.087.639**	**2.092.131**	**2.157.900**
Total do ativo		**5.192.395**	**5.247.284**	**2.099.018**	**2.165.538**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL **{** XE "Balanços patrimoniais" **}**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	**15**	60.248	54.363	-	-
Empréstimos e financiamentos	**16**	221.699	213.094	52.270	53.595
Passivo de arrendamento		203	439	-	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	Error! Reference source not found.	1.766	1.483	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	**8.2.2**	10.998	19.638	11	11
Obrigações do meio ambiente	**18.2**	8.428	21.465	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	**17**	11.551	11.027	-	-
Outros passivos circulantes		2.064	2.050	-	-
Total do circulante		**316.956**	**323.559**	**52.281**	**53.606**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	**16**	2.804.598	2.861.799	536.137	587.081
Passivo de arrendamento		236	296	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	**8.2.2**	9.701	6.273	-	-
Obrigações do meio ambiente	**18.2**	71.122	67.103	-	-
Provisões	**18.1.a 18**	300.608	290.641	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	**17**	155.813	153.318	-	-
Outros passivos não circulantes		5.880	2.148	-	-
Total do não circulante		**3.347.957**	**3.381.578**	**536.137**	**587.081**
Patrimônio Líquido	**19**				
Atribuído aos acionistas da Neoenergia S.A.		1.510.600	1.524.851	1.510.600	1.524.851
Atribuído aos acionistas não controladores		16.882	17.297	-	-
Total do patrimônio líquido		**1.527.482**	**1.542.148**	**1.510.600**	**1.524.851**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.192.395**	**5.247.284**	**2.099.018**	**2.165.538**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	Capital social	Prejuízos acumulados	Subtotal	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.313.538**	**(838.070)**	**1.475.468**	**17.222**	**1.492.690**
Capital Integralizado (Nota 19)	113.192	-	**113.192**	199	113.391
Prejuízo do período	-	(63.809)	(63.809)	(124)	(63.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.426.730**	**(901.879)**	**1.524.851**	**17.297**	**1.542.148**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.426.730**	**(901.879)**	**1.524.851**	**17.297**	**1.542.148**
Aumento de capital (Nota 19)	57.625	-	57.625	-	57.625
Prejuízo do período	-	(71.876)	(71.876)	(415)	(72.291)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.484.355**	**(973.755)**	**1.510.600**	**16.882**	**1.527.482**

Controladora

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.313.538**	**(838.070)**	**1.475.468**
Capital Integralizado (Nota 19)	113.192	-	**113.192**
Prejuízo do período	-	(63.809)	(63.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.426.730**	**(901.879)**	**1.524.851**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.426.730**	**(901.879)**	**1.524.851**
Aumento de capital (Nota 19)	57.625	-	57.625
Prejuízo do período	-	(71.876)	(71.876)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.484.355**	**(973.755)**	**1.510.600**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Teles Pires Participações S.A ("Companhia" ou "TPP") é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso. A usina possui potência instalada de 1.820 MW médio e Energia Assegurada de 930,7 MW médio.

O prazo do Contrato de Concessão da UHE Teles Pires é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R$ 973.755 em 31 de dezembro de 2020 (901.879 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e no consolidado. O prejuízo do período, em 31 de dezembro de 2020 na controladora é de R$ 71.876 (R$ 63.809 em 31 de dezembro de 2019) e R$ 72.291 (R$ 63.933 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado. A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 45.396 (R$ 45.968 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e de R$ 42.936 (R$ 163.913 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

É previsto no plano de negócios da Companhia recursos de seus acionistas se em alguma eventualidade a mesma não puder honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 13 e 14), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 8).

1.1 Corona vírus ("Covid-19")

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impacto nas demonstrações financeiras

A operação da Companhia está atrelada à disponibilidade da infraestrutura, risco hidrológico ('GSF') e valor do Preço de Liquidação das Diferenças ('PLD'). Até o momento não foi percebida alteração na disponibilidade das geradoras causada pelas medidas de combate à COVID-19. Observamos a manutenção aproximada de 81% do GSF flat em relação ao mesmo período de 2019. O PLD acumulado até dezembro de 2020 reduziu em relação ao mesmo período do ano anterior, em 22% no submercado Sudeste, 19% no Sul e 20% no submercado Nordeste. As variações desses itens são consequência da redução da demanda do Sistema Interligado Nacional e não apresentam impactos significativos nos resultados desse segmento de negócio.

c) Medidas para resiliência operacional e financeira

A Companhia aderiu à suspensão temporária dos pagamentos (stand still), das parcelas de maio a outubro de 2020 do empréstimo contratado junto ao BNDES, e das parcelas de julho a dezembro de 2020 do empréstimo contratado junto ao Banco do Brasil.

A adesão pelo BDNES foi concedida em 05 de maio de 2020, e pelo Banco do Brasil em 07 de julho de 2020. Tendo proporcionado uma economia de caixa de aproximadamente R$ 155 milhões (base nominal) no exercício, com a diluição desse montante por todo o prazo remanescente do contrato.

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeamento de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Foi ainda realizada divulgação intensa aos empregados sobre a prevenção, os sintomas e cuidados com a COVID-19.

1.2 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades do Grupo Neoenergia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.2.1 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco, data de vigência e importância segurada dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

	2020	
Riscos	**Data da vigência**	**Importância Segurada (R$)**
Responsabilidade Civil Veículos	31/05/2020 a 31/05/2021	100.000.000
Riscos Operacionais	31/05/2020 a 31/05/2021	2.100.000.000
Veículos - Operacional	01/06/2020 a 01/11/2021	100% FIPE

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e são compostas pelas informações contábeis da Teles Pires e de sua controlada.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. A Companhia Hidrelétrica Teles Pires é a controlada da Teles Pires Participação S.A.

Os critérios contábeis adotados na apuração da informação da controlada foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em uma reunião realizada em 09 de fevereiro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 3.5(a).

3.4 Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
Error!	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
8.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
18.1.d	Provisão para processos judiciais
21.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

3.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
IFRS/16 CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

b) Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01 de janeiro de 2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01 de janeiro de 2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01 de janeiro de 2022

4. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2020	2019
Fornecimento de energia (4.1)	947.483	990.845
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	-	10
Outras receitas	2.332	135
Receita operacional bruta	**949.815**	**990.990**
(-) Deduções da receita bruta (nota 4.2)	(156.842)	(159.362)
Receita operacional líquida	**792.973**	**831.628**

4.1 Fornecimento de energia Elétrica

	2020	2019
ACR	503.346	484.002
ACL	444.137	506.843
Total	**947.483**	**990.845**

4.2 Deduções de receita bruta

	Consolidado	
	2020	2019
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(14.250)	(8.632)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(89.925)	(90.856)
	(104.175)	**(99.488)**
Encargos setoriais		

Outros encargos[1]	(52.667)	(59.874)
	(52.667)	**(59.874)**
Total	**(156.842)**	**(159.362)**

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos (CFRH) e taxa de fiscalização serviço energia elétrica (TFSEE).

4.3 Política contábil e julgamento críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (‘ACL’), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

b) Estimativas e julgamento critico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Para a receita de venda de energia na CEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

5. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2020	2019
Compra para revenda		
Energia curto prazo – PLD e MRE	(41.463)	(32.956)
Energia adquirida contrato bilateral	(134.503)	(152.117)
Outros	(704)	(697)
Subtotal	**(176.670)**	**(185.770)**
Créditos de PIS e COFINS	13.734	15.901
Total da compra para revenda de energia	**(162.936)**	**(169.869)**
Encargos de uso dos sistemas		
Encargos de rede básica	(322.965)	(306.244)
Encargos de conexão	(151)	(147)
Subtotal	**(323.116)**	**(306.391)**
Créditos de PIS e COFINS	29.770	28.369
Total dos encargos de uso dos sistemas	**(293.346)**	**(278.022)**
Total	**(456.282)**	**(447.891)**

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		
	2020		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e	Total
Pessoal	(8.347)	(1.800)	(10.147)
Administradores	-	(2.198)	(2.198)
Serviços de terceiros	(9.164)	(9.213)	(18.377)
Depreciação e amortização	(179.748)	(7.661)	(187.408)
Provisão para processos judiciais		534	534
Impostos, taxas e contribuições	(54)	46	(8)
Outras receitas e despesas, líquidas[1]	(13.398)	(600)	(13.998)
Total	**(210.711)**	**(20.891)**	**(231.602)**

	Consolidado		
	2019		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e	Total
Pessoal	(7.444)	(2.223)	(9.667)
Administradores	-	(1.746)	(1.746)
Serviços de terceiros	(7.842)	(7.360)	(15.202)
Depreciação e amortização	(172.403)	(7.486)	(179.889)
Provisão para processos judiciais	-	(2.568)	(2.568)
Impostos, taxas e contribuições	(28)	(1.020)	(1.048)
Outras receitas e despesas, líquidas[1]	(11.001)	(1.930)	(12.931)
Total	**(198.718)**	**(24.333)**	**(223.051)**

(1) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Receita financeira				
Renda de aplicações financeiras	6.199	7.468	3.014	3.805
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.024)	(535)	(148)	(190)
Atualização de depósitos judiciais	3.508	712	-	-
Outras receitas financeiras	1.158	441	163	264
	9.841	**8.087**	**3.029**	**3.879**
Despesa financeira				
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(183.583)	(246.152)	(21.815)	(46.518)
Atualização de provisões para processos judiciais	(14.731)	(28.071)	-	-
Outras despesas financeiras	(11.491)	(11.406)	(79)	(182)
	(209.805)	**(285.629)**	**(21.894)**	**(46.700)**
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	-	143	-	164
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	-	(30)	-	(30)
Perdas com variações cambiais e monetárias	(21)	(164)	-	(164)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	1.478	1.755	-	30
	1.457	**1.704**	**-**	**-**
Resultado financeiro, líquido	**(198.507)**	**(275.838)**	**(18.865)**	**(42.821)**

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional; tais como IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M entre outros; e apropriação dos custos de captação.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tribuos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (“IRPJ”) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**(93.419)**	**(115.153)**
Tributos sobre o lucro às alíquotas da	**31.762**	**39.152**
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos		
Adições (reversões) de ativos fiscais não	(8.904)	12.537
Outras adições (reversões) permanentes	(1.730)	(469)
Tributos sobre o lucro	**21.128**	**51.220**
Alíquota efetiva	**23%**	**44%**
Diferido	21.128	51.220

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

O reconhecimento de um ativo diferido é formado por diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. As diferenças temporárias decorrem de ativos ou passivos reconhecidos na contabilidade, que afetaram o lucro, mas por força da legislação tributária tem a tributação ou dedutibilidade diferida, porque depende da ocorrência de evento futuro.

	Consolidado	
	2020	2019
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	242.624	227.751
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	28.796	27.315
Provisões ambientais e para desmantelamento	6.892	3.434
Outros	2.776	1.460
	281.088	**259.960**

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado
	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**259.960**
Efeitos reconhecidos no resultado	21.128
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**281.088**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**208.740**
Efeitos reconhecidos no resultado	51.220
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**259.960**

A UHE Teles Pires foi implantada na modalidade de Project Finance, de forma que os resultados dos primeiros anos de operação são fortemente impactados pelas despesas financeiras, que serão reduzidas com o passar dos anos, após amortização gradual dos financiamentos. Com isso, seu cenário de resultados tributários negativos apurados nos últimos anos tende a ser revertido. Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2023	2024	2025	Entre 2026 e 2030	Entre 2031 e 2035	2036 em diante	Total
Ativo fiscal	9.356	12.555	17.538	48.705	97.618	95.316	281.888

8.1.3 Tributos correntes ativos

	Consolidado	
	2020	2019
IRPJ	10.716	10.888
CSLL	2.381	2.687
Ativo	**13.097**	**13.575**

	Controladora	
	2020	2019
IRPJ	6.322	6.673
Ativo	**6.322**	**6.673**

8.1.4 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

8.2 Outros tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	Consolidado	
	2020	**2019**
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	20	1
Programa de Integração Social - PIS	312	965
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.096	6.096
Outros	2	2
Outros tributos a recuperar	**1.430**	**7.064**
Circulante	1.430	7.064

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	Consolidado	
	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	811	880
Programa de integração social – PIS	361	1.259
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.687	3.697
Impostos e contribuições retidos na fonte	400	202
Outros	2.127	3.480
Outros tributos a recolher	**5.386**	**9.518**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	11.064	8.758
Outros	4.249	7.635
Encargos Setoriais	**15.313**	**16.393**
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	**20.699**	**25.911**
Circulante	10.998	19.638
Não circulante	9.701	6.273

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à	23	9	14	3
Fundos de investimentos	159.302	43.022	489	902
	159.325	**43.031**	**503**	**905**

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 97,54% do CDI.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

		Consolidado		Controladora	
	Re	2020	2019	2020	2019
Não Circulante					
Fundos de Investimento - BB	(a)	33.476	41.000	-	-
CDB 5 Caixa Econômica	(b)	46.622	59.378	46.622	59.378
		80.098	**100.378**	**46.622**	**59.378**

(a) A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais do empréstimo junto ao BNDES e de Repasse junto ao Banco do Brasil. Valor depositado em garantia somente será resgatado ao final do pagamento das parcelas.

(b) A Companhia mantém uma conta corrente na Caixa Econômica Federal e mantém o valor aplicado com o objetivo de atender as obrigações contratuais. Esta conta está vinculada à dívida e somente será resgatada ao final do pagamento das parcelas.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**99.555**	**63.400**
Aplicações	78.167	40.874
Resgates	(83.095)	(48.554)
Remunerações	5.752	3.658
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**100.378**	**59.378**
Aplicações	8.236	-
Resgates	(30.500)	(14.000)
Remunerações	1.984	1.244
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**80.098**	**46.622**

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2020	2019
Fornecimento de energia	**95.385**	**92.039**
Terceiros	45.545	47.221
Partes relacionadas (nota 20)	49.840	44.818

a) Fornecimento de energia elétrica

O contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da geração de energia.

	2020	2019
	Recebível	Recebível
ACR	59.182	59.933
ACL	36.204	32.106
	95.385	**92.039**

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
	Recebível	Recebível
A vencer	95.385	89.940
Saldos vencidos:	**-**	**2.099**
90 dias	-	2.099
	95.385	**92.039**

12. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A Companhia possui participação acionária de 99,10% na investida Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, cuja movimentação é apresentada como segue:

	Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.098.523**
Participações societárias no resultado	(45.678)
Amortizações	(7.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.045.511**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**2.097.596**
Aumento de capital	21.913
Equivalência patrimonial	(13.654)
Amortizações	(7.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.098.523**

A seguir apresentamos as informações sobre a investida:

	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	
Balanço Patrimonial	**2020**	**2019**
Ativos	**4.952.279**	**4.986.323**
Circulante	267.137	152.007
Não Circulante	4.685.142	4.834.316
Passivo e Patrimônio Líquido	**4.952.279**	**4.986.323**
Circulante	264.676	269.953
Não Circulante	2.811.820	2.794.494
Patrimônio Líquido	1.875.783	1.921.876

	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	
Demonstração de resultado	**2020**	**2019**
Receita líquida	792.973	831.628
Custo do serviço	(666.993	(646.609)
Lucro Bruto	**125.980**	**185.019**
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	(13.558)	(16.999)
Lucro Operacional	**112.422**	**168.020**
Resultado financeiro		
Receita financeira	6.811	4.207
Despesa financeira	(187.911)	(238.929)
Outros resultados financeiros, líquidos	1.457	1.703
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(67.221)**	**(64.998)**
Diferido	21.128	51.220
Prejuízo do exercício	**(46.093)**	**(13.778)**

	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	
Demonstração de resultados abrangentes	**2020**	**2019**
Prejuízo do período	(46.093)	(13.778)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		-
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários	**(46.093)**	**(13.778)**

13. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado				
	Centrais hidroelétricas	**Construções e terrenos**	**Outros**	**Ativos em construção**	**Total**
Taxa de depreciação a.a.	**3,23% a 20,00%**	**3,23% a 5,00%**	**6,25% a 14,29%**	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.055.615**	**1.238.632**	**194.076**	**14.773**	**4.503.096**
Adições	-	-	-	15.427	15.427
Baixas	-	-	(33)	(245)	(278)
Depreciação	(118.178)	(48.109)	(7.584)	-	(173.871)
Transferências entre classes	6.297	1.939	1.422	(9.658)	-
Transferências – Outros ativos	1.396	(1.396)	-	(1.729)	(1.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.945.130**	**1.191.066**	**187.881**	**18.568**	**4.342.645**
Custo	3.596.259	1.459.728	188.292	18.568	5.262.847
Depreciação acumulada	(651.129)	(268.662)	(411)	-	(920.202)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**3.170.540**	**1.286.683**	**201.753**	**14.764**	**4.673.740**
Adições	-	-	-	3.638	3.638
Baixas	-	(1.167)	(241)	(106)	(1.514)
Depreciação	(117.482)	(47.850)	(7.436	-	(172.768)
Transferências entre classes	2.557	966	-	(3.523)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.055.615**	**1.238.632**	**194.076**	**14.773**	**4.503.096**
Custo	3.588.262	1.459.489	194.316	14.773	5.256.840
Depreciação acumulada	(532.647)	(220.857)	(240)	-	(753.744)

13.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

14. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstrados como segue:

	Consolidado				
	Concessão	**Software**	**Outros (a)**	**Ativos em formação**	**Total**
Taxa de amortização a.a.	**3,13%**	**20,00%**	**20,00%**	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**125.026**	**-**	**41.929**	**17**	**166.972**
Adição	-			15	15
Amortização	(4.583)	(5)	(8.827)	-	(13.415)
Transferências entre intangíveis	-	31	-	(31)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**120.443**	**26**	**33.102**	**1**	**153.572**
Custo	146.412	31	44.137	1	190.581
Amortização acumulada	(25.969)	(5)	(11.035)	-	(37.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**129.592**	**-**	**-**	**17**	**129.609**
Adições[1]	-	-	-	44.137	44.137
Baixa	14	-	-	-	14
Amortização	(4.581)	-	(2.207)	-	(6.788)
Transferências – intangíveis	-	-	44.137	(44.137)	-
Transferências – outros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**125.025**	**-**	**41.930**	**17**	**166.972**
Custo	146.412	-	44.137	17	190.566
Amortização acumulada	(21.387)	-	(2.207)	-	(23.594)

(1) Refere-se provisão da renovação da Licença de Operação, que será amortizada até o final da licença ambiental.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2020	2019
Energia elétrica	**17.000**	**10.249**
Terceiros	17.000	10.249
Encargos de uso da rede	**34.455**	**40.266**
Terceiros	29.382	33.833
Partes relacionadas (nota 20)	5.073	6.433
Materiais e serviços	**8.792**	**3.848**
Terceiros (nota 20)	8.707	3.848
Partes relacionadas	85	-
Total	**60.248**	**54.363**

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS

16.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos bancários	2.437.889	2.434.217	-	-
Mercado de capitais	588.408	640.676	588.407	640.676
Empréstimos e financiamentos	**3.026.297**	**3.074.893**	**588.407**	**640.676**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(159.324)	(43.031)	(503)	(905)
(-) Títulos e valores mobiliários	(80.098)	(100.378)	(46.622)	(59.378)
Dívida líquida	**2.786.875**	**2.931.484**	**541.282**	**580.393**

16.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Denominados em R$	**3.026.297**	**3.076.222**	**588.407**	**642.005**
Indexados a taxas flutuantes	3.026.297	3.076.222	588.407	642.005
	3.026.297	**3.076.222**	**588.407**	**642.005**
(-) Custo de transação	-	(1.329)	-	(1.329)
	3.026.297	**3.074.893**	**588.407**	**640.676**
Passivo circulante	221.699	213.094	52.270	53.595
Passivo não circulante	2.804.598	2.861.799	536.137	587.081

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros de principal e juros da dívida são os seguintes:

	Consolidado		
	Principal[(1)]	Juros[(1)]	Total
2021	213.737	164.447	378.184
2022	213.737	159.755	373.492
2023	213.737	151.042	364.779
2024	213.737	141.738	355.475
2025	213.737	127.979	341.716
Entre 2026 e 2030	1.068.686	444.234	1.512.919
Entre 2031 e 2035	863.661	131.408	995.069
2036 em diante	18.286	139	18.426
	3.019.318	**1.320.742**	**4.340.060**

	Controladora		
	Principal[(1)]	Juros[(1)]	Total
2021	51.121	17.030	68.151
2022	51.121	22.665	73.786
2023	51.121	24.117	75.238
2024	51.121	24.338	75.459
2025	51.121	21.680	72.801
Entre 2026 e 2030	255.606	63.261	318.867
Entre 2031 e 2035	77.030	4.481	81.511
	588.241	**177.572**	**765.813**

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial do exercício	**3.074.893**	**3.267.517**	**640.676**	**690.994**
Efeito no fluxo caixa:				
Captações	1.001	2.225	-	-
Amortização de principal	(128.094)	(203.140)	(51.121)	(51.121)
Custo de captação	-	-	-	1.954
Pagamento de encargo de	(105.087)	(237.862)	(22.963)	(45.715)
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	183.584	246.153	21.815	44.564
Saldo final do exercício	**3.026.297**	**3.074.893**	**588.407**	**640.676**

d) Linhas de Crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de financiamento	R$	15/02/2036	12.000	7.641
			12.000	**7.641**

e) Condições restritivas financeiras (*Covenants*)

Controlada (Empréstimos e Financiamentos)

Os contratos mantidos com BNDES e Banco do Brasil contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

• ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo igual a 1,30

O contrato de cessão estabelece que em caso de o ICSD ser inferior a 1,30, a Companhia deverá manter em garantia saldo mínimo equivalente a 6 vezes o valor do último serviço da dívida. A Companhia obteve aprovação dos credores para substituir o valor correspondente a até 5 vezes o valor do último serviço da dívida pago por fiança bancária, até 30 de junho de 2024.

Em 31 de dezembro de 2020 este índice foi de 1,84, com a adesão do stand still, e caso não houvesse essa adesão, o índice seria de 0,93, não atingindo o índice pré-estabelecido.

O contrato de cessão estabelece ainda a cessão fiduciária aos credores dos direitos emergentes da concessão de que a Companhia é titular, em decorrência do contrato de concessão e seus aditivos.

- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) no mínimo igual a 20%.

Em 31 de dezembro de 2020 este índice foi de 38%.

Controladora (Debêntures)

A escritura da 1ª emissão de debêntures estabelece que a Companhia deverá manter, durante a vigência das Debêntures:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,2

Em 31 de dezembro de 2020 este índice foi de 1,51.

Adicionalmente, a escritura também estabelece que a Neoenergia S.A., como Fiadora, deverá manter, durante a vigência das Debêntures:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4,0;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

17. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 07 de setembro de 2014, a controlada "CHTP" celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A controlada "CHTP" recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R$ 5.515.
O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de setembro de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8.47% a.a.

A seguir apresentamos a mutação do "UBP":

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**162.679**
Atualização monetária	5.598
Ajuste a valor presente	4.898
Pagamentos	(8.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**164.345**
Atualização monetária	7.380
Ajuste a valor presente	4.846
Pagamentos	(9.207)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**167.364**
Circulante	11.551
Não circulante	155.813

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	2020	2019
Provisões para processos judiciais (nota 18.1.a)	300.608	290.641
Provisão para obrigações ambientais (nota 18.2)	79.550	88.568
	380.158	**379.209**
Passivo circulante	8.428	21.465
Passivo não circulante	371.730	357.744

18.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**288.635**	**2.006**	**290.641**
Adições e reversões, líquidas	(722)	(23)	(745)
Atualizações monetárias	10.560	152	10.712
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**298.473**	**2.135**	**300.608**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**263.745**	**2.376**	**266.121**
Adições e reversões, líquidas	(3.274)	(277)	(3.551)
Atualizações monetárias	28.164	(93)	(28.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**288.635**	**2.006**	**290.641**

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2020	2019
Processos cíveis(i)	769.997	687.317
Processos trabalhistas(ii)	3.230	1.455
Processos fiscais(iii)	74.053	71.919
	847.280	**760.691**

As variações ocorridas no trimestre referem-se basicamente a atualização monetária dos processos judiciais de acordo com os índices de cada processo. Os processos relevantes estão destacados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

(i) Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com natureza de Ação Cível Pública ("ACP") no que tange à parte ambiental do empreendimento. A maioria de tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos.
Adicionalmente, a Companhia possui um total estimado de R$ 769.997 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 687.317 em 31 de dezembro de 2019) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

(ii) Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R$ 3.230 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 1.455 em 31 de dezembro de 2019) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

***Claim* do Consórcio Construtor**

Trata-se de processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas instaurado a pedido do Consórcio Construtor Teles Pires - ("CCTP") contratado na modalidade de *turn-key* para a construção da UHE Teles Pires.

O pedido refere-se ao pleito de extra custo da construção, estimado pelo "CCTP", referente aos seguintes eventos descritos abaixo:

- Atrasos decorrentes de liberação das áreas afetadas pelas obras;
- Pleito de geologia;
- Pleito de mão de obra;
- Pleito da linha de transmissão.

Do pleito de custo extra estimado pelo "CCTP", a Administração da Companhia estimou que os pleitos com a probabilidade de perda provável totalizam o valor de R$ 196.256 até 31 de dezembro de 2020 (R$ 196.908 em 31 de dezembro de 2019) e de perda possível o valor de R$ 618.385 até 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2016, foi realizado o registro inicial dos pleitos envolvidos nesta arbitragem, em contrapartida ao ativo imobilizado.

Diante das tratativas atualmente em andamento entre as Partes, CCTP e Companhia formalizaram, em 04/01/2021, requerimento conjunto de suspensão do procedimento arbitral em referência, pelo prazo de 60 dias a contar da daquela data.

(iii) Fiscais

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária como, por exemplo, autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R$ 74.053 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 71.919 em 31 de dezembro de 2019).

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados

	Consolidado	
	2020	2019
Processos cíveis	59.697	56.205
Processos trabalhistas	337	77
Processos fiscais	402	293
	60.436	**56.575**

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

18.2 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental – PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	Consolidado
	Provisões Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**55.294**
Adições e reversões, líquido (a)	44.137
Pagamentos	(11.837)
Atualização monetárias	974
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**88.568**
Pagamentos	(13.037)
Atualização monetárias	4.019
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**79.550**
Circulante	8.428
Não Circulante	71.122

(a) Em 2019 a Companhia teve renovada a sua Licença de Operação por mais cinco anos, tendo nova validade até 2024. Assim, foram contabilizados na provisão ambiental os valores previstos até esta data. A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes ambientais constantes no licenciamento.

Segue abaixo o cronograma das provisões ambientais, considerando atualização monetária:

	Consolidado 2020
	Provisões Ambientais
2021	8.428
2022	25.519
2023	22.792
2024	22.811
Total das obrigações ambientais	**79.550**

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R$ 2.484.355 (R$ 2.426.730 em 31 de dezembro de 2019), correspondente a 2.484.355 (2.426.730 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias escrituradas, sendo 2.484.355 (2.426.730 em 31 de dezembro de 2019) ações integralizadas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2020, os acionistas Eletrosul, Furnas e Neoenergia realizaram aportes nos valores de R$ 14.245 mil, R$ 14.245 mil e R$ 29.135 mil, respectivamente, totalizando um valor de capital integralizado de R$ 57.625 mil.

			Controladora
	ON	ON %	R$
Neoenergia S.A.	1.256.089	50,56%	1.256.089
Furnas S.A.	614.133	24,72%	614.133
Eletrosul S.A.	614.133	24,72%	614.133
Total	**2.484.355**	100%	**2.484.355**

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do período	(72.291)	(63.933)	(71.876)	(63.809)
Média ponderada de ações em circulação	2.484.355	2.464.790	2.484.355	2.426.730
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	**(0,03)**	**(0,03)**	**(0,03)**	**(0,03)**

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As operações de compra e venda de energia transacionadas com parte relacionadas, no mercado livre, foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	Consolidado					
	2020			2019		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	32.100	17.740	49.840	34.664	10.154	44.818
	32.100	**17.740**	**49.840**	**34.664**	**10.154**	**44.818**
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b)/(c)/(d)/(e)	227	4.931	5.158	61	6.372	6.433
	227	**4.931**	**5.158**	**61**	**6.372**	**6.433**

20.2 Transações com partes relacionadas

	Consolidado					
	2020			2019		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida (a)	334.152	208.510	542.662	360.922	239.713	600.635
Custos dos serviços (c)/(b)	(2.114)	(61.684)	(63.798)	(6.630)	(63.475)	(70.105)
Despesas gerais e administrativas (d)/(e)	(1.827)	-	(1.827)	(1.949)	-	(1.949)
	330.211	**146.826**	**477.037**	**352.343**	**176.238**	**528.581**

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente livre (ACL);
(b) Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente regulado (ACR);
(c) Contratos de uso do sistema de transmissão (CUST) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo;
(d) Contrato de prestação de serviços contábeis, tributários e de processos transacionais;
(e) Contrato referente à consultoria de serviços de engenharia e operação e manutenção

20.3 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentados como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Salários e benefícios recorrentes	1.600	1.581
Encargos sobre Remuneração	328	-
Benefícios de curto prazo	270	123
	2.198	**1.704**

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2020		2019	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	23	159.302	8	43.022
Títulos e valores mobiliários	80.098	-	100.379	-
Contas a receber de clientes e outros	95.385	-	92.039	-
	175.505	**159.302**	**192.426**	**43.022**
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	60.248	-	54.363	-
Empréstimos e financiamentos	3.026.297	-	3.074.893	-
Passivo de arrendamento	439	-	735	-
Uso do bem público	(167.364)	-	164.345	-
	2.919.620	**-**	**3.294.336**	**-**

CA – Custo amortizado
VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes
VJR – Valor justo por meio do resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.7 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR")

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	159.302	43.022
	159.302	**43.022**

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2020		2019	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2
Empréstimos e financiamentos	3.026.297	3.026.297	3.074.893	3.074.893

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais que são mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e

- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Empréstimos e financiamentos

A estimativa de valor justo do nível 1 é baseada na abordagem de mercado, considerando os contratos cotados no mercado secundário. Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

(ii) Gestão de riscos financeiros e operacionais

Não houve alteração nas políticas de riscos financeiros e operacionais da Companhia em relação as políticas publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

21.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.
- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do período.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.
A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	192.290	3.654	913	1.827
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(588.407)	(15.323)	(3.831)	(7.661)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,55%	2.437.889	(158.444)	(27.731)	(55.462)

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Diante das tratativas atualmente em andamento entre as Partes, Consórcio Construtor Teles Pires (CCTP) e Companhia formalizaram, em 04/01/2021, requerimento conjunto de suspensão do procedimento arbitral em referência, pelo prazo de 60 dias a contar da daquela data (nota 18.1.b).

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES
Presidente

Titulares	**Suplentes**
Hugo Renato Anacleto Nunes	José Paulo Werberich
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto	Fabiano Uchoas Ribeiro
Heber Costa	Almir Galvani Coutinho
	Ildo Wilson Grudtner

DIRETORIA

Ana Graciela Heugas Granato
Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente

Ildebrando José Pereira Martins
Diretor Técnico

CONTADORA
Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Teles Pires Participações,** tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2020, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2021.

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

CARLA DE ANDRADE SOUZA E ANDRADE PINTO WERDINE MACHADO

HEBER COSTA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Teles Pires Participações**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.212.219/0001-04, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Teles Pires Participações, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2020; e

(II) estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em reunião de diretoria realizada em 28 de janeiro de 2021.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2021.

Ana Graciela Heugas Granato
Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente

Ildebrando José Pereira Martins
Diretor Técnico